



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER JURÍDICO

Nº 044/2025 - PROCURADORIA LEGISLATIVA

Assunto: Projeto de Lei nº 047/2025 - Institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, no âmbito do Município de Pradópolis, e dá outras providências.

Ementa: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. INSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SIMASE). MATÉRIA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. VÍCIO DE INICIATIVA FORMAL INEXISTENTE. CONFORMIDADE MATERIAL COM O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E LEI DO SINASE (LEI Nº 12.594/2012). CUMPRIMENTO DE DEVER CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL COM RECOMENDAÇÕES DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA E DE TRAMITAÇÃO.

I. RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Procuradoria Legislativa o Projeto de Lei (PL) nº 047/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, consubstanciado na Mensagem nº 050/2025, que tem como objeto instituir o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE).

O objetivo da propositura é regulamentar e organizar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), em alinhamento com a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e a Lei nº 12.594/2012 (Lei do SINASE), mediante articulação intersetorial de diversos Departamentos e Conselhos Municipais.

O Prefeito solicita que a apreciação do PL ocorra com a máxima urgência possível, com base no *caput* do Artigo 41 da Lei Orgânica do Município.





Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

O presente parecer visa verificar a constitucionalidade, a legalidade e a adequação do Projeto de Lei à legislação vigente, em especial à Lei Orgânica Municipal e à legislação federal correlata.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. Da Iniciativa da Lei (Vício Formal)

O Projeto de Lei nº 047/2025 versa sobre a organização administrativa e a alocação de competências entre os Departamentos e órgãos do Poder Executivo (Art. 3º e Art. 4º), bem como trata da execução de políticas públicas de interesse municipal (política socioeducativa).

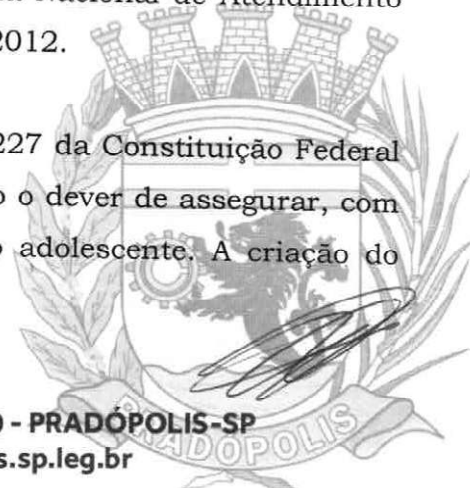
A matéria que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Administração Pública Municipal é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, por força do princípio da separação dos Poderes (Art. 2º da CF/88) e do princípio da simetria com o Art. 61, § 1º, II, "e", da Constituição Federal.

Considerando que a iniciativa partiu do Prefeito Municipal, inexistente, no caso, qualquer vício de iniciativa formal que macule a propositura.

2. Da Competência e Conformidade Material (Vício de Constitucionalidade Material)

A instituição do SIMASE é um desdobramento da obrigação legal dos Municípios de promoverem políticas de atendimento à criança e ao adolescente, conforme o Art. 86 do ECA (Lei nº 8.069/1990), e de integrarem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), nos termos da Lei nº 12.594/2012.

- Dever Municipal: O Art. 4º, V, do ECA, e o Art. 227 da Constituição Federal impõem à família, à sociedade e ao Poder Público o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente. A criação do





Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

SIMASE concretiza esse dever na esfera municipal, especialmente na execução de medidas em meio aberto.

- Articulação Intersetorial: A proposta prevê a articulação entre Assistência Social, Educação, Saúde, Esportes, Cultura, CRAS, CMDCA e Conselho Tutelar (Art. 3º e Art. 4º), o que reflete a exigência do SINASE para o atendimento integral e intersetorial.
- Plano Individual de Atendimento (PIA): O Art. 5º detalha a elaboração do PIA, que é o instrumento central de gestão da medida socioeducativa, em conformidade com o Art. 52 e seguintes da Lei nº 12.594/2012.

A matéria é, portanto, materialmente constitucional e legal, sendo um ato de adequação da política pública municipal às normativas federais cogentes.

3. Da Adequação Orçamentária e Financeira

O Artigo 7º do Projeto de Lei estabelece que as despesas decorrentes correrão por conta de *dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas*.

Embora o PL não crie diretamente novas despesas obrigatórias de caráter continuado, mas apenas organize a execução de uma política já existente e imposta pela lei federal, é fundamental que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000, Art. 16) seja observada.

Assim, a despesa deve estar prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Fato este que pode ser questionado pela Comissão de Finanças e Orçamento, já na fase de planejamento, para verificar a plausibilidade da intenção do executivo, orientando a melhor forma de articulação com o texto da presente lei.

III. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES





Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Pelo exposto, esta Procuradoria Legislativa entende que o Projeto de Lei nº 047/2025 está formal e materialmente adequado ao ordenamento jurídico pátrio e à legislação federal, cumprindo o Município seu dever constitucional e legal de proteção à criança e ao adolescente.

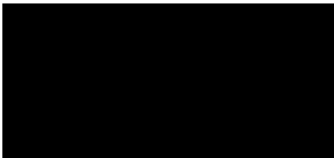
O parecer é FAVORÁVEL, com as seguintes recomendações:

1. Quanto à Tramitação Urgente: A Mesa Diretora da Câmara Municipal deve verificar o cumprimento dos requisitos e procedimentos estabelecidos pelo *caput* do Artigo 41 da Lei Orgânica Municipal e pelas disposições pertinentes do Regimento Interno para a apreciação da urgência.
2. Quanto à Adequação Orçamentária: Caso a Comissão de Finanças e Orçamento entenda necessário e pertinente, pode recomendar ao Poder Executivo, que, por meio de seu órgão competente (Departamento de Finanças/Contabilidade), anexe formalmente um Manifesto de Adequação Orçamentária que ateste a existência de dotações suficientes e específicas para a cobertura das despesas inerentes à execução do SIMASE, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Assim encaminho este parecer jurídico primeiramente ao requerente, para providências.

Pradópolis, 03 de novembro de 2025.


RODRIGO CRÉPALDI PEREZ CAPUCELLI
Procurador Jurídico Legislativo
OAB/SP nº 334.704

